



BIBLIOTECAS  
DE LISBOA

**PORTUGAL COLONIAL. REVISTA DE EXPANSÃO E PROPAGANDA COLONIAL** – De periodicidade mensal, e com sede em Lisboa (rua Augusta, 229, 2.º), publicou-se entre **março de 1931** e **fevereiro de 1937**, somando 72 números. Era propriedade da «Emprêsa Portugal Colonial». Do corpo dirigente inicial faziam parte: **Henrique Galvão**<sup>i</sup>, que ocupou o cargo de diretor; **J. da Fonseca Ferreira**, como redator-principal, e **António Pedro Muralha**<sup>ii</sup>, na qualidade de editor. Não foram assumidos mais redatores, mas **Agostinho de Campos**<sup>iii</sup>, com a sua «carta mensal de Portugal para as colónias», esteve presente desde o primeiro dia até ao último número.

**O que deu substancia à *Portugal Colonial* foi a colaboração, descontinuada ou pontual, de uma galeria de individualidades** – onde figuravam membros do governo, ministros, altos quadros da administração colonial, militares, professores catedráticos, economistas, médicos, gente ligada ao universo empresarial, que partilham reflexões sobre os mais diversos problemas relacionados com a administração e o desenvolvimento das colónias, denunciando problemas, representando interesses de tipo corporativo e defendendo soluções.

Entre todas as colónias, **Angola foi a que mereceu maior atenção**, sobretudo nos primeiros anos. O **assunto era caro ao diretor da *Portugal Colonial***, que ali viveu uma curiosa experiência, entre 1927 e 1929, que o catapultou da condição de degredado à de governador da província de Huila. Mas sobretudo porque a crise económica de Angola, filiada numa não menos gravosa crise financeira, teve um impacto significativo na vida da metrópole. Desde logo porque significou uma quebra nas trocas comerciais entre ambas, mas que foi mais penalizadora para a produção nacional – em particular para a indústria têxtil e o setor dos vinhos –, repercutindo-se também na atividade da marinha mercante, nas receitas tributárias, e nas transferências bancárias. Depois, porque desencadeou uma sequência de episódios e decisões que contribuíram para a **clarificação do quadro político da Ditadura Militar**, instituída pela revolução de 28 de Maio de 1926.

Referimo-nos concretamente à **crise política despoletada pela demissão do ministro das finanças, Oliveira Salazar, que levou à queda do governo de Ivens Ferraz (1870-1933)**.<sup>1</sup> No centro do conflito estava o pedido de ajuda financeira requerido pelo governador do Banco de Angola, Cunha Leal, e a recusa categórica do ministro das finanças em satisfazê-lo; ou porque receasse pôr em causa a estabilidade do escudo e equilíbrio orçamental, que tanto prestígio lhe granjeara (TELO: 1993); ou porque viu nessa crise uma oportunidade para testar a solidez dos laços que o uniam ao poder militar,

<sup>1</sup> Artur Ivens Ferraz chefiou o 6.º governo da ditadura militar, cujo mandato se prolongou de Julho de 1929 a janeiro de 1930.

particularmente ao presidente, o general Óscar Carmona. Contando com o apoio da maioria dos membros do governo, Cunha Leal orquestrou uma campanha contra o ministro das finanças, acusando-o de indiferença perante o desespero que se vivia em Angola e de falta de patriotismo.<sup>2</sup> Mas Óscar Carmona não tardou a encontrar solução para o problema: convenceu Ivens Ferraz a apresentar a demissão de todo o governo, assegurando-se previamente da disponibilidade de Oliveira Salazar. (FERREIRA: 1992) Este, ainda criou dificuldades ao presidente, recusando fazer parte do governo de Passos e Sousa, a quem foi dirigido convite. (*Ibidem*) Em alternativa, foi chamado o general Domingos Oliveira, que era comandante da Guarnição Militar de Lisboa. **Oliveira Salazar manteve-se à frente das Finanças, ao mesmo tempo que assumiu, interinamente, a pasta das Colónias.** E foi durante o seu breve mandato à frente desse ministério, que Oliveira Salazar promulgou o «**Acto Colonial**» (Decreto n.º 18.570, de 8 de julho de 1930), uma peça fundamental na sua estratégia de ascensão política, na medida em que lhe permitiu alargar a sua base de apoio.

A afirmação solene dos direitos de soberania sobre as colónias, que o diploma consubstanciava, **desanuviou a tensão associada à suspeita numa ameaça externa**, «vinda tanto do renovar das pretensões expansionistas da África do Sul como da divulgação dos relatórios fortemente negativos sobre o trabalho indígena (relatórios Phelps-Stokes, de 1924, e Ross, de 1925), por parte de uma Sociedade das Nações que defendia a ideia da responsabilização internacional dos Estados coloniais pela forma como exerciam aquilo que considerava ser a sua «missão civilizadora» nos territórios deles dependentes». (ROSAS: 1994) Uma desconfiança que tinha as suas raízes mergulhadas nos tempos remotos do *Ultimatum*; mais recentemente justificara a participação na Grande Guerra e, desde essa data, era alimentada através da imprensa e de outros canais.

**Também satisfazia os setores nacionalistas mais conservadores**, que há muito reclamavam por uma «nacionalização das colónias», conceito de amplas derivações, desde o reforço do poder político e administrativo da metrópole, ao estreitamento das relações económicas, e a assunção de políticas pouco motivantes para o investimento estrangeiro, etc. Muitos tinham considerado a atuação do anterior titular da pasta das Colónias, Bebiano Bacelar (1894-1967)<sup>3</sup>, dececionante ou mesmo lesiva dos interesses da nação. Desgostaram-se, particularmente, com a promulgação a **Código do Trabalho dos Indígenas** (Decreto 16.199, de 6/12/1928), que aboliu o trabalho obrigatório. O diploma suscitou um coro de crítica nas colónias e na metrópole. Aqui, destacou-se a voz de Henrique Galvão, que considerou o Código como um «documento transigente, opiado, castrado do mais elementar sentido das realidades.»<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> A 4 de janeiro de 1930, Cunha Leal proferiu uma conferência na Associação Comercial de Lisboa, à qual Oliveira Salazar reagiu, dois dias depois, com uma nota oficiosa.

<sup>3</sup> José Bebiano Bacelar tutelou a pasta das Colónias várias vezes, durante o 4.º, 5.º e 6.º governos da ditadura militar, num período que vai desde abril/1928 a julho/1929.

<sup>4</sup> Cf. GALVÃO, Henrique, «A Nacionalização de Angola», p. 15 - citado por Valentim Alexandre.

Apesar da vigência do Código, a fiscalização internacional não refreou a sua atenção, e em janeiro 1930, ainda antes do «Acto Colonial» ter sido tornado público, a imprensa fez notícia de um inquérito sobre «trabalho forçado ou obrigatório», que estava a ser desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho, a pedido da SDN (ALEXANDRE:1993). No *Diário de Lisboa*, o assunto foi chamado à primeira página, num tom de repto ao poder, que hoje adquire um sentido premonitório: «PORTUGAL precisa de definir com energia a sua posição política e jurídica como país colonial». O autor começava por denunciar os objetivos camuflados do dito inquérito: «visa, sobre o pretexto da supressão do trabalho forçado dos indígenas, uma autentica interferência, estranha à administração dos portugueses, em assuntos de caráter administrativo, económico e fiscal das nossas colónias!»; depois, procurava demonstrar aos leitores qual era a origem das principais ameaças que pairavam sobre o império, e confrontava-os com uma questão de resposta condicionada: «A aspiração dos países que não tem colónias e de alguns, cujos domínios são insignificantes, é a da internacionalização das colónias. Teremos essa internacionalização? Ou teremos as colónias portuguesas à beira da crise suprema?».<sup>5</sup>

A resposta não estava no «Acto Colonial», apesar do formalismo com que se proclamava a vocação colonizadora de Portugal: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.» (Art.º 2.º) De facto, ao instituir um regime político e administrativo de cariz centralista, o «Acto Colonial» definira uma relação de poder entre a metrópole e as colónias que não oferecia margem para dúvidas: Lisboa era a capital do império.

Mas a materialização da ideia, tal como Henrique Galvão e muitos outros a concebiam, carecia de uma ampla mobilização de vontades e de cabedais. Naquele momento, o império ainda não superara a condição de um diamante em estado bruto, «um território continental abandonado, um império extra-continental mais abandonado ainda, e imerso em torpor africano, num glorioso passado de heroísmo libertador e civilizador a honrar, um notável património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão a defender e a manter (...) seis milhões de almas que precisavam viver, não degradados à condição servil de uma colónia de mestiços, mas sim reerguidos ao nível normal dos homens europeus.»

Henrique Galvão vinculou *A Portugal Colonial* a essa tarefa difícil de concertação de «de um sentido colonial, que não pode ser prerrogativa de um grupo sem unidade, mas que tem de ser bussola e facho de quantos são alumados pelo sol do Imperio Português.» Com esse propósito, **o programa editorial da revista foi assim definido: «fazer a propaganda das nossas colónias, pugnar pela formação de uma hierarquia de valores, animar as gerações novas em que é preciso recrutar urgentemente elites coloniais, agitar**

---

<sup>5</sup> Conf. *Diário de Lisboa*, de 23-01-1930, pp. 2-3.

**e estudar** problemas que interessam às colônias, **acolher e orientar** todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas» e, por último, «prestar ao País, cujas forças morais é preciso levantar, o serviço de o **convencer que na coordenação da política económica das colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e – mais ainda – da nossa missão imperial.**»<sup>6</sup>

Neste quadro de abertura, a *Portugal Colonial* funcionou como uma espécie de cata-ventos e nas suas páginas projetaram-se as mais diversas expectativas, anseios e reivindicações, expondo, sem pudor, clivagens e pontos de contato. Considerando que a censura prévia vigorava, essa “liberdade” só pode explicar-se porque o que se exteriorizava eram ideias e não críticas pessoais. Obviamente que a revista estava sintonizada com o governo, isto é aplaudia a política colonial protagonizada pelo ministro Armindo Monteiro, a de outros ministros não lhe merece atenção. Assim, a referência à produção de números especiais por ocasião dos grandes certames coloniais que então se organizaram, como a *Exposição Colonial Internacional de Paris* (setembro-outubro, 1931), *Feiras de Amostras Coloniais de Angola-Luanda* (maio, 1932) e *Moçambique-Lourenço Marques* (junho-julho, 1932), *Exposição Colonial do Porto* (junho, 1934), parece óbvia. Quanto à agitada vida política da Nação não lhe merece mais do que alguns reparos sobre a falta de patriotismo que revelavam, para mais num momento em que todas as energias se deviam canalizar para a construção do império.

Nas páginas da *Portugal Colonial* descobrem-se todos os géneros de escrita jornalística (notícia, entrevista, artigo de fundo, crónica, comentário, etc.), e também informação económica e financeira, texto literário, charadas e anedotas. A sua **estrutura de secções** não reflete nem a diversidade, nem o nível de desenvolvimento, das matéria a que dedicou a sua atenção: «Sumário» (só foi introduzido no n.º 15, Maio/1932); «Uma carta mensal de Portugal para as colónias», pelo dr. Agostinho de Campos; «Da imprensa Colonial transcreve-se», contempla também a imprensa estrangeira; «Página Literária»; «Informações do Mundo Colonial», que inclui a «Crónica do mês», por H.G. (ou quem o substitui) e «Notas do mês»; «Estatística»; «Situação Geral dos Câmbios» (perdura até ao n.º 6, Agosto/1931); «Legislação do Diário do Governo» (perdura até ao n.º 4, Junho/1931); «Bibliografia» (perdura até ao n.º 6, Agosto/1931); «Serviço de Informações» (aparece no n.º 38/39, Abril/1934); «Consultório», resposta a questões colocadas pelo leitor (aparece no n.º 49, mas não vingou); «Banco de Portugal» ou «Situações do Banco de Portugal» (aparece no n.º 41, Julho/1934, e desapareceu no fim desse ano); «No estrangeiro» (apareceu no n.º 49, Março/1935).

Mais informação se consegue extrair do quadro de colaboradores, que é muito amplo, envolvendo vários conhecimentos, experiências, doutrinas e gerações. Começamos por referenciar a presença do **corpo dirigente**: «**A.S.**» (Álvaro Santos, assume a direção da *Portugal Colonial* no 3.º ano, entre janeiro e outubro de 1934, quando Henrique Galvão foi chamado a assumir o cargo de

---

<sup>6</sup> Conf. «Portugal Colonial: uma apresentação», in n.º 1, de Março de 1931, p. 1.

chefe de gabinete do Ministro das Colónias e a direção da I Exposição Colonial do Porto (assina a «Crónica do mês» e nº 35-41); Dr. **Francisco Alves de Azevedo**, Secretário de Redação e «Diplomado com o Curso Superior Colonial» (nº 5, 38-39, 41-42, 49-52, 55-58, 60-61, 65-67); **Henrique Galvão** («Crónica do mez» e nº 4, 7-10, 11-14, 18-33, 36-40, 46, 49-58, 59-72).

Os que marcaram maior presença: **José Cardoso**, «Presidente da Associação de Fomento Agrícola de Moçambique» (nº 22, 25, 33, 40); **Antonio José Caria**, «Capitão de Artilharia, diplomado com o Curso Superior Colonial» (n.º 2, 4, 9, 19-20); **Henrique de Paiva Couceiro**, «Antigo Governador Geral de Angola» (nº 7-10, 11-15); **Dr. J. da Fonseca Ferreira**, «Redactor Principal» até Março de 1932, «Licenciado em Sciencias Economicas e Financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa – finalista do Curso Superior Colonial», reaparece, em Fevereiro de 1936, na qualidade de colaborador «Licenciado em Ciencias Económicas e Administrador da Circunscrição Civil da Colónia de Moçambique» (n.º 1, 2, 6, 7-8, 60); **A. da Fonte-do-Souto** (nº 43-44, 63); Coronel **Alexandre Lopes Galvão**, (nº 37, 41, 43-44, 63, 70/71); **A. A. Torres Garcia**, «Antigo secretário provincial de agricultura de Angola, Antigo Ministro da Agricultura» (nº 30-31, 41); **A. Gavicho de Lacerda** (nº 45, 59, 68); **A. A. Lisboa de Lima**, «Engenheiro, antigo Ministro das Colónias e Professor da Escola Superior Colonial», faleceu no fim de 1935 (1, 7-8, 16-17, 21); Tenente-coronel **A. Leite de Magalhães** (nº 6, 38-39, 43-44); Lopo Vaz de **Sampayo e Mello**, «Publicista e ilustre Professor Catedrático da 9.ª cadeira – Política Indígena, da Escola Superior Colonial» (nº 7-8, 19-20); dr. António **Montez** (nº 58, 62-63, 66-70); **Armindo Monteiro**, ministro das Colónias, (nº 7-8, 37, 49); **A. Simões da Mota** (nº 3, 16-18, 27, 35); João **Mimoso Moreira**, Adjunto da direção da I Exposição Colonial Portuguesa e chefe da Divisão de Propaganda das Direção Geral das Colónias» em Dez/1933; foi 2.º secretário da Assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas no biénio 1955/56 (nº 3; 16-17, 70/71); **Fernando Mouta**, «Engenheiro de minas I.S.T da Repartição de Minas da Colónia de Angola» (nº 66-67, 70-72).

**Outras colaborações de cariz técnico ou doutrinário:** Alfredo Almeida **Afonso**, «Agricultor em Angola» (nº 40); Dimas Lopes Aguiar (nº 16-17); dr. António de Almeida, «Médico e Aluno laureado da Escola Superior Colonial» (nº 18); João Almeida, «Brigadeiro do corpo do Estado Maior, antigo governador de Huila, antigo governador de Cabo Verde, antigo ministro das colónias» (n.º 1, 7-8, 17, 25); Alaulili (nº 19-20); **A. Caeiro Amador** (nº 13); **A. J. Pires Avelanoso**, «Diretor honorário do Arquivo Histórico colonial e colonialista» (nº 15-18); **A. Moura de Azevedo** (nº 59); Jorge Figueiredo de **Barros**, Presidente da Associação dos Agricultores de Angola (nº 29, 34); dr. Joaquim Bensaúde (nº 7-8); José Bensaúde (nº 70-72); sr. Dr. Ferreira Bossa (nº 51); coronel António Brandão (nº 29); Engenheiro Gonçalo **Cabral** (nº 36-39); Teodósio Cabral (nº 62); Júlio Gardé Alfaro Cardoso, «Engenheiro, Silvicultor e Agrónomo» (nº 26-27); **A. Lopes de Castro**, «Vice-Presidente da Direcção da Associação Comercial dos Lojistas» (nº 21); Capitão **A. Delduque da Costa** (nº 43-44); Francisco Xavier de Castro (nº 26); Major-aviador Alfredo Cintra, «Vogal do Conselho do Ar» (nº 38-39); António Nunes Costa, «Professor das Escolas Oficinas de Angola e aluno da Escola Superior Colonial» (nº 15);

Capitão A. Rodrigues da Costa (nº 41); Marcolino Martins Costa (nº 57); Tenente Mário Costa (nº 25, 32, 49); Octavio Cesar Craveiro, «Secretário da Associação dos Comerciantes de Angola» (nº 29); dr. Augusto Cunha (nº 9, 10); José Matias **Delgado**, Antigo missionário, capelão naval e professor de Kibimdo na Escola Superior Colonial (nº 15); Tenente Demony (nº 59); Pierre Dominique (nº 52 c/ Victor Falcão); Comissão Administrativa do Dondo (da qual fazem parte: José Tôrres de Matos, Acácio Alfredo Simões, Dr. Francisco Barata Feio, Jorge da Silva Leão e Pedro Martins de Sousa) (nº 35); Engenheiro-agrônomo Cândido Duarte, «Chefe da Repartição do ensino agrícola no Ministério da Instrução» (nº 45); Francisco Leite Duarte, Vice-governador do Banco de Angola (nº 53); Costa Duro (n.º 2); José **Esquível** (nº 65, 69); Victor **Falcão** (nº 31, 52 c/ Pierre Dominique); Ernesto Ferreira (nº 53); dr. José de Figueiredo (nº 7-8); Marino da Fonseca (nº 66-67, 70); A. da Fonte do Souto (nº 43-44); Álvaro da Fontoura, «Major de Engenharia, Colonialista e Professor da Escola Superior Colonial» (nº 16-17); Manuel **Fratel** (nº 43-44); Júlio Freire (nº 66-67); Carlos Galvão, «Organizador da Semana do Café Colonial» (nº 53-54); Conde de Penha **Garcia** (nº 7-8); P. Gerard (nº 53); Venancio Guimarães (nº 1); Justino de Barros Gomes (nº 69); dr. Américo Pacheco **Jorge** (nº 66-67 c/ Henrique Nolasco da Silva); Francisco G. de **Lacerda** (nº 49, 54-56); tenente-coronel Julio Garcez de Lencastre, agente geral das colónias em Dez/1933, presidente da Comissão organizadora da I Exposição Executiva da I Exposição Colonial Portuguesa, em 1934 (nº 2, 14); Alexandre Lessone e \*\*\* (nº 57); Ilídio da Silva Lopes, «Aluno da Escola Superior Colonial» (nº 19-20); dr. Francisco **Machado** «Economista» (nº 27); Carlos Mantero (nº 53); Capitão José Simões Martinho (nº 66-67); José F. Ferreira Martins, «Escritor e publicista. Antigo director da Imprensa Nacional de Luanda» (nº 1); A. Rita Martins, «Professor da Escola Superior Colonial e Antigo Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa» (nº 7-8, 18); Eduardo Correia de Matos, «Agrônomo, antigo delegado distrital dos Serviços de Agricultura em Inhambane» (nº 16-17); M. de Mesquita (nº 53); G. Ayala Monteiro (nº 19-20); dr. Júlio M. Monteiro Júnior, «Aluno laureado da Escola Superior Colonial» (nº 18); Trigo de Moraes, «Engenheiro e Director da Companhia do Buzi» (nº 21, 27); Capitão Mateus Moreno (nº 45); Tenente Simões Mota, «Oficial do exército e diplomado da Escola Superior Colonial» (nº 11, 14, 18); dr. Carneiro de Moura, «Professor jubilado da Escola Superior Colonial» (nº 15); Salinas de Moura (nº 71-72); Joaquim Teixeira de **Nóbrega** (nº 70-72); Manuel Caetano de **Oliveira**, «Industrial» (nº 24); dr. Augusto Ornelas, «Médico» (nº 25); Engenheiro Henrique **Parreira** (nº 38-40); E. E. Goes Pinto (nº 2); Manuel de Jesus Pinto (nº 55); Ricardo da Silva Pires (nº 32); Dr. Abel Pratas (nº 34); tenente Carlos de Brito **Queiroga**, «Antigo administrador dos Dembos e inspector do trabalho indígena de Angola» (nº 15); António Eça de Queirós, «Escritor» (nº 28, 31, 46); José Luís Quintão (nº 16-17); A. Rogado Quintino (nº 43-44); Manuel S. **Ramos** (nº 23); A. Caldeira Ribeiro (nº 22); António Lopes Ribeiro (nº 42); José Luís Freitas Ribeiro, «Presidente da Associação dos Comerciantes de Angola Residentes na Metrópole» (nº 29); António Maria da Rocha, «Regente Agrícola» (nº 38-39); F. Ribeiro Salgado, «Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras» (nº 31-33); Horácio **Sampaio**, «Antigo Secretário Geral da Associação Comercial de Bolama» (nº 42); José Gonçalo Santa Rita (nº 11, 13); José Melo dos Santos

(nº 35); Nunes dos Santos, «Aluno da E.S.C.» (nº 49, 51, 53-58, 59); Dr. Frederico Barroco Sequeira (nº 65); M. Nunes de Sequeira, «Vice-Cônsul de Portugal em Boma» (nº 34); Henrique Correia da Silva (nº 6); J. da Silva, diplomado com o Curso Superior Colonial e finalista da Faculdade de Direito (nº 15); Henrique Nolasco da Silva (nº 66-67, c/ Américo Pacheco Jorge); José Manuel da Silva (nº 6); Armando Simões, «Médico Veterinário, chefe da 3.<sup>a</sup> Delegação de Sanidade Pecuária» (nº 22-23); Armando Landerset Simões, «Administrador de uma empresa agrícola» (nº 35, 55, 61, 65); Albano de Sousa (nº 37); António Torres de Sousa (nº 5, 6); Américo Baptista de Sousa, «Diplomado pela Escola Superior Colonial» (nº 9, 16-17, 36); António de Figueiredo Gomes e Sousa (nº 50-51, 61); Carlos Hermenegildo de Sousa (nº 38-39); Braz **Temudo** (nº 2, 4); Manuel Simões **Vaz** (nº 12); Engenheiro Carlos Artur de Melo Vieira (nº 24, 65, 68), entre outros.

Colaborações femininas, maioritariamente literárias: **Maria Archer** (nº 51, 62); **Guilhermina de Azevedo** (nº 65); **Berta Leite** (nº 45, 49-57, 59, 61-62); **Esther Gil Nobre** (3, 16-17); **Amália Proença Norte** (Inº 40); **Alice M. Barreira Antunes Gomes e Sousa** (nº 50); **Maria Anna Acciaioli Tamagnini** (nº 41).

**Outras** colaborações literárias: Joaquim Paço d'Arcos (nº 26); João Augusto (nº 64); Carlos Carneiro (nº 5, 37); Angelo Diniz (nº 1, 21, 22, 23-25, 30, 32-33); Theophilo **Duarte** (nº 6); dr. Alberto de Oliveira, «Ministro de Portugal em Bruxelas» (nº 46); António Aguiar, «Premiado no Concurso de Literatura Colonial» (nº 53); Carlos Selvagem (nº 36, 42-44).

Siglas e pseudónimos: «J.B.» (nº 1); «A. de M. E N.» (nº 10, 12, 15); «J.R.A.» (nº 15-20); «J.G.» (n.º 38-40); «J.T. e \*\*» (nº 59); «P.A.» (nº 18).

No **campo gráfico** são de referir as capas de **Carlos Botelho** e cabeçalho interior da autoria de **Diniz Fragoso**. Apresenta alguma fotografia, mas sem identificar o autor. Quanto a tiragens praticadas nada foi revelado, além das vagas referências à boa recetividade do público e à constatação da sua resistência à passagem do tempo.

O **preçário** praticado era o seguinte: Metropole e Ilhas Adjacentes – Avulso.....3\$00; Semestre .....15\$00; Ano ..... 30\$00; Colonias Portuguesas e Brasil – Avulso ..... 4\$00; Semestre ..... 25\$00; Ano ..... 48\$00; Estrangeiro – Ano ..... 60\$00.» Mas em 1936, as condições da assinatura sofreram um agravamento, mantendo o preço avulso. Nos primeiros anos a Portugal Colonial, contou com um grande número de anunciantes, de diferentes áreas de atividade e negócio, da metrópole e das colónias, que ocupavam as primeiras e ultimas páginas. **A partir de 1935, a presença da publicidade começou afrouxar. A própria revista vai acusando algum cansaço e desânimo, que se sente também nas «Crónicas do mez» de Henrique Galvão.**

Em 1936, a propósito da promessa feita pelo novo ministro das Colónias, Francisco Machado Vieira, de que seria um «bom realizador», Henrique Galvão, não teve peias em afirmar: «As Colónias precisam de um realizador no

Terreiro do Paço – e precisam de uma série de realizadores em África, na Ásia e na Oceânia. Não basta a prosa do Diário do Governo, nem os discursos de propaganda, nem o lirismo que a sua espiritualidade consente, para as levantar da crise amarga em que se encontram.» As colónias continuam à espera que se realize nelas «um vasto programa», reclama, e deixa a sugestão: Há que procurar para esse programa os homens capazes de fazerem alguma coisa mesmo que sejam homens incapazes de falar e escrever muito.»<sup>7</sup>

A administração e redação da *Portugal Colonial* começou por estar sediada na rua Augusta, 229, 2.º, em Lisboa, e usar os serviços de composição e tipografia da Imp. Contemporanea Editora, na Rua Manuel Bernardes, 5.º Lisboa; mas a partir do 3º número, o endereço dos seus escritórios passam para a Rua da Conceição, 35, 1.º, e passa a ser impressa na Ottosgrafica Limitada, na Conde Barão, 50 Lisboa.

Por Rita Correia

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 11 de junho de 2014

Deixo aqui expresso o meu agradecimento ao Sindicato dos Jornalistas, que me auxiliou na identificação de um dos colaboradores da *Portugal Colonial*.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALEXANDRE, Valentim - «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo», in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º-5.º), pp.1117-1136;

BARRETO, José e MÓNICA, Maria Filomena - «Henrique Galvão (1895-1970)», in *Dicionário de História de Portugal-Suplemento*, vol. VIII, Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 81-88;

FERREIRA, José Medeiros - «O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e regimes Políticos dos Militares em Portugal no séc. XX. Lisboa: Editorial Estampa, Col. Imprensa Universitária, n.º 93, 1992;

ROSAS, Fernando - «O Estado Novo nos Anos 30», in *História de Portugal*, dir. José de Mattoso, vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994;

TELO, José - «A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932», in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4º), pp. 779-800.

---

<sup>7</sup> Cf. «Crónica do mês: realizadores», in nº 60, de Fevereiro de 1936, p. 24.



---

<sup>i</sup> Henrique Carlos Malta Galvão – Nasceu no Barreiro, a 04/02/1895, e faleceu em S. Paulo, a 26/06/1970. Enveredou pela carreira militar para escapar aos magros recursos da família, e por essa via participou ativamente na política. Em 1917, esteve ao lado de Sidónio Pais; em 1926, entusiasmou-se com a revolução que instaurou a ditadura militar; no ano seguinte, envolveu-se no «golpe dos Fifis», contra Sinel de Cordes e Carmona, e conheceu o degredo em Angola; tornou-se um fevroso ativista do império colonial. Foi inspetor da administração colonial, e durante o Estado Novo exerceu diversos cargos a relacionados com o aparelho de propaganda, como o de diretor das Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques, da Exposição Colonial do Porto; da Emissora Nacional de Radiodifusão; diretor da Exposição Colonial dos Centenários, realizador das Comemorações Centenárias de Guimarães e do Cortejo do Mundo Português; teve larga colaboração em diversas revistas e jornais, como o *Diário de Notícias*, *Século*, *Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias* e também deixou alguma obra publicada. Recebeu diversas insígnias e condecorações. A partir de finais dos anos 40, HG tornou-se um dos principais opositores de Oliveira Salazar e voltou a vestir a pele do rebelde e do conspirador. Redescobriu os calabouços e o exílio. E reconquistou a atenção da imprensa nacional e internacional com o célebre assalto ao paquete «Santa Maria», o desvio de um avião da TAP, ambos realizados em 1961.

<sup>ii</sup> António Pedro Muralha – Nasceu em Beja, a 28/05/1878, e morreu em Lisboa, a 03/03/1946. Começou a trabalhar como impressor tipográfico e fez-se jornalista e escritor. Conheceu a redação de *O Século*, onde redigiu artigos centrados nas questões do trabalho e do movimento associativo, que lhe trouxeram prestígio; colaborou também com o *Diário de Notícias*, a *Capital* e foi diretor do diário socialista *A Vanguarda* (1913-1922), onde desenvolveu violentas campanhas políticas; fundou e dirigiu o *Jornal Meio-Dia* (Abr/1935-Ago/1936); foi editor e diretor do semanário agrícola *Vida Alentejana* (Set-1934-Abr/1935) e das revistas *Portugal Maior* e *Raça*. Em 1924, decidiu partir para África e visitou S. Tomé, Angola, Moçambique e o Rand. As suas impressões de viagem foram reunidas em livro, «Terras de África», prefaciado por Ernesto de Vasconcelos e Freire de Andrade. Publicou outras obras como: «Portugal no Brasil»; «A Alemanha perante a Europa»; «A Bélgica Heróica»; «A Proa de Sagres» (nas BLX c/ Cota RP/LM 235); «Cartilha Colonial (nas BLX c/ Cota RP/LU 343); História da Colonização dos Portugueses na América do Sul; «Album Alentejano»; «Memórias»; «Roteiro Turístico de Leiria» e monografias de diversos concelhos. Possuía as insígnias da Ordem de Cristo.

<sup>iii</sup> Agostinho de Campos – Nasceu no Porto, ano 1870, e morreu em Lisboa, no ano 1944. Licenciou-se em Direito, pela U. de Coimbra (1892), foi professor universitário, jornalista e escritor. Também exerceu o cargo de director-geral da Instrução Pública, entre 1906-10. A sua atividade na imprensa começou n' *O Primeiro de Janeiro*, depois colaborou com as revistas *Serões* (1901-1911); *Atlântida* (1915-1920); *Contemporânea* (1915-1926); *Ilustração* (1926-1975); os *Anais das Bibliotecas e Arquivos Municipais* (1931-36), e ainda no boletim *Mocidade Portuguesa Feminina*: (1939-1947).